



CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE
E COMBATE À CORRUPÇÃO

RELATÓRIO 2025

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A
Ed. Multibrasil, Brasília/DF - CEP: 70.070-050
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO
Secretária-Executiva

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

FERNANDA ALVARES DA ROCHA
Corregedora-Geral da União

VALDIRENE PAES DE MEDEIROS
Ouvidora-Geral da União

MARCELO PONTES VIANNA
Secretário de Integridade Privada

PATRICIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Secretária de Integridade Pública

LIVIA OLIVEIRA SOBOTA
Secretária Nacional de Acesso à Informação

SECRETARIA-EXECUTIVA DO CTICC

Fabio Felix Cunha da Silva - Chefe da ASPAD - Controladoria-Geral da União – CGU
Cicera Aucilene Martins Monteiro - Controladoria-Geral da União – CGU
Iasmin Leiros Sarmiento da Silva - Controladoria-Geral da União – CGU

Equipe Técnica

*Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade - ASPAD
Controladoria-Geral da União – CGU*

Fabio Felix Cunha da Silva
Cicera Aucilene Martins Monteiro
Iasmin Leiros Sarmento da Silva
Anjuli Tostes Faria Melo
Adriana Barbosa Lima
Keyla Andrea Santiago Oliveira

COORDENAÇÃO DE GT

Mandato 2023-2025

GT1 - Governo Aberto (Mandato 2023-2025)

Raquel Aparecida Pereira – Controladoria-Geral da União – CGU
Julio Botelho – Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento – IBRACEM

GT2 - Monitoramento e Avaliações de Políticas Públicas (Mandato 2023-2025)

Alexandre Ferreira de Macedo – Controladoria-Geral da União – CGU
Edmar Camata – CONACI

GT3 – Fomento à Integridade Privada (Mandato 2023-2025)

Cristine Köhler Ganzenmüller – Controladoria-Geral da União – CGU
Carolina Amaral Venuto – Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais – Abrig

GT4 – Acesso à Informação e Transparência (Mandato 2023-2025)

Fernanda Montenegro Calado – Controladoria-Geral da União – CGU
Bruno Morassutti – Fiquem Sabendo

GT5 - Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental (Mandato 2023-2025)

Maira Luisa Milani de Lima – Controladoria-Geral da União – CGU
Renato Pellegrini Morgado – Transparência Internacional

Mandato 2025-2027

GT1 – Controle de Qualidade do Uso dos Recursos Públicos (Mandato 2025-2027)

Alexandre Ferreira de Macedo – Controladoria-Geral da União – CGU
Edmar Camata – CONACI

GT2 – Integridade na Relação Estado Setor Privado (Mandato 2025-2027)

Cristine Köhler Ganzenmüller – Controladoria-Geral da União – CGU
Chantal Correia de Castro – Pacto Global – Rede Brasil

GT3 - Transparência e Acesso à Informação (Mandato 2025-2027)

Livia Sobota – CGU

GT4 – Combate à Corrupção (Mandato 2025-2027)

Leandro da Silva Pacheco – Controladoria-Geral da União – CGU

Hadassa Freire da Silva Gonçalves Santos – Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD

GT5 – Fortalecimento Institucional Para a Integridade (Mandato 2025-2027)

Daniel Aguiar Espinola – Controladoria-Geral da União – CGU

Karina Mendes Nunes Viana – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI

GT6 – Governo Aberto (Mandato 2025-2027)

Livia Sobota – Controladoria-Geral da União – CGU

GT7 – Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental (Mandato 2025-2027)

Maira Luisa Milani de Lima – Controladoria-Geral da União – CGU

Renato Pellegrini Morgado – Transparência Internacional

REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS DA CGU NOS GTS

Mandato 2023-2025

GT1 - Governo Aberto (Mandato 2023-2025)

Raquel Aparecida Pereira – Controladoria-Geral da União – CGU

GT2 - Monitoramento e Avaliações de Políticas Públicas (Mandato 2023-2025)

Leonardo Alamy Martins – Controladoria-Geral da União – CGU

GT3 – Fomento à Integridade Privada (Mandato 2023-2025)

Danniel Silva Ramos – Controladoria-Geral da União – CGU

GT4 – Acesso à Informação e Transparência (Mandato 2023-2025)

Karla Camila Menezes Vieira – Controladoria-Geral da União – CGU

GT7 – Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental (Mandato 2025-2027)

Giuliana Biaggini Diniz Barbosa Belisario – Controladoria-Geral da União – CGU

Danielle Costa de Moura – Controladoria-Geral da União – CGU

Carlos Henrique Alves de Franca – Controladoria-Geral da União – CGU

Jose Carlos Gomes Barbosa – Controladoria-Geral da União – CGU

Giovana Bertolini – Controladoria-Geral da União – CGU

Adriano Souza de Freitas – Controladoria-Geral da União – CGU

Mandato 2025-2027

GT1 – Controle de Qualidade do Uso dos Recursos Públicos (Mandato 2025-2027)

Claudia Taya – Controladoria-Geral da União – CGU

Leonardo Alamy Martins – Controladoria-Geral da União – CGU

GT2 – Integridade na Relação Estado Setor Privado (Mandato 2025-2027)

Giovanna Montellato Storace Rota – Controladoria-Geral da União – CGU

Danniel Silva Ramos – Controladoria-Geral da União – CGU

Sergio Filgueiras de Paula – Controladoria-Geral da União – CGU

GT3 - Transparência e Acesso à Informação (Mandato 2025-2027)

Tatiana Cabral de Jesus – Controladoria–Geral da União – CGU

Marcelo de Brito Vidal – Controladoria–Geral da União – CGU

Cibelle César do Amaral Brasil – Controladoria–Geral da União – CGU

Otávio Moreira de Castro Neves – Controladoria–Geral da União – CGU

Diana Coelho de Lima – Controladoria–Geral da União – CGU

Taís Julião – Controladoria–Geral da União – CGU

GT4 – Combate à Corrupção (Mandato 2025-2027)

Fernanda Pedreira Nunes – Controladoria–Geral da União – CGU

GT5 – Fortalecimento Institucional Para a Integridade (Mandato 2025-2027)

Giuliana Biaggini Diniz Barbosa Belisario – Controladoria–Geral da União – CGU

Jose Rui Moreira Reis – Controladoria–Geral da União – CGU

Aerton Zambelli Loyola de Oliveira Costa – Controladoria–Geral da União – CGU

Daniel Henrique de Sousa Lyra – Controladoria–Geral da União – CGU

Priscila Ribeiro da Cruz – Controladoria–Geral da União – CGU

Edson Goncalves Filho – Controladoria–Geral da União – CGU

GT6 – Governo Aberto (Mandato 2025-2027)

Tatiana Cabral de Jesus – Controladoria–Geral da União – CGU

Fernanda Montenegro Calado – Controladoria–Geral da União – CGU

Priscilla Haueisen Dias Ruas – Controladoria–Geral da União – CGU

Maíra Souza Rodrigues Pova – Controladoria–Geral da União – CGU

Marcelo de Brito Vidal – Controladoria–Geral da União – CGU

Diana Coelho de Lima – Controladoria–Geral da União – CGU

Taís Julião – Controladoria–Geral da União – CGU

GT7 – Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental (Mandato 2025-2027)

Giuliana Biaggini Diniz Barbosa Belisario – Controladoria–Geral da União – CGU

Danielle Costa de Moura – Controladoria–Geral da União – CGU

Carlos Henrique Alves de Franca – Controladoria–Geral da União – CGU

Jose Carlos Gomes Barbosa – Controladoria–Geral da União – CGU

Giovana Bertolini – Controladoria–Geral da União – CGU

Adriano Souza de Freitas – Controladoria–Geral da União – CGU

CONTEÚDO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REUNIÕES	9
	2.1. Reunião de informe – 19/02/2025	9
	2.3. 5ª Reunião Ordinária do mandato 2023–2025 – 13/05/2025	10
	2.4. Reunião de Informe – 18/06/2025	11
	2.5. Reunião de apresentação das novas entidades mandato 2025–2027 – 10/07/2025	12
	2.6. Reunião de Informe – 22/07/2025	13
	2.7. Reunião de Validação das propostas do CTICC para a Agenda de Ação da COP 30 – 08/08/2025	13
3	RELATÓRIOS DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO	14
	3.1. GT2 – Monitoramento e Avaliações de Políticas Públicas (Mandato 2023– 2025) e GT1 – Controle de Qualidade do Uso dos Recursos Públicos (Mandato 2025–2027)	16
	3.2. GT3 – Fomento à Integridade Privada (Mandato 2023–2025) e GT2 – Integridade na Relação Estado Setor Privado (Mandato 2025–2027)	17
	3.3. GT4 – Acesso à Informação e Transparência (Mandato 2023–2025) e GT3 – Transparência e Acesso à Informação (Mandato 2025–2027)	18
	3.4. GT4 – Combate à Corrupção (Mandato 2025–2027)	20
	3.5. GT5 – Fortalecimento Institucional Para a Integridade (Mandato 2025–2027)	21
	3.6. GT1 – Governo Aberto (Mandato 2023–2025) e GT6 – Governo Aberto (Mandato 2025–2027)	22
	3.7. GT5 – Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental (Mandato 2023–2025) e GT7 – Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental (Mandato 2025–2027)	24
4	PROCESSOS PARTICIPATIVOS DO CONSELHO	25
	4.1. Propostas do CTICC para a Agenda de Ação da COP30	25

5	OUTRAS AÇÕES E INICIATIVAS	26
	5.1. 1º Fórum Interconselhos – 25/03/2025	26
	5.2. 2º Fórum Interconselhos – 27/05/2025	26
	5.3. 3º Fórum Interconselhos – 13/08/2025 e 14/08/2025	26
	5.4. 4º Fórum Interconselhos – 16/08/2025 e 17/08/2025	26
	5.5. Seminário – CTICC no marco da COP30 – transparência, integridade e clima: um debate necessário	27
	5.6. Webinar Transparência e Controle Social na COP30: Portal da Transparência e Painel Infoagendas	28
6	COMPOSIÇÃO DO CONSELHO: MANDATO 2023-2025 E MANDATO 2025-2027	30
	6.1. Sociedade Civil – Titulares	30
	6.2. Governo Federal – Titulares e Suplentes	31
	6.3. Sociedade Civil – Suplentes (Mandato 2023–2025)	31
	6.4. Sociedade Civil – Suplentes (Mandato 2025–2027)	32
7	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Em atendimento ao Art. 23 da Resolução nº 7, de 22 de novembro de 2023, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC, este relatório foi produzido com o objetivo de apresentar o balanço sucinto das ações realizadas no âmbito do CTICC e de seus respectivos Grupos de Trabalho Temático no ano de 2025, com informações sobre o balanço geral dos GTs, as reuniões realizadas, os processos participativos, a participação em eventos e registros fotográficos.

O CTICC, órgão consultivo vinculado à estrutura da Controladoria-Geral da União, foi instituído pelo Decreto nº 11.528, de 16 de maio de 2023, o qual revogou o Decreto nº 9.468, de 13 de agosto de 2018, que dispunha sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC). A mudança objetivou a renovação do Conselho, com a inclusão da temática de integridade em seu escopo de atuação, e aumento da participação da sociedade civil.

O colegiado é composto por 11 membros representantes do governo e 30 membros representantes da sociedade civil, designados pela Portaria nº 2.250, de 23 de junho de 2023, e tem por finalidade debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública federal, e monitorar e avaliar políticas públicas e serviços públicos destinados à transparência e ao combate à corrupção. Além disso, cabe ao Conselho sugerir ações voltadas para a valorização da troca de experiências, transferência de tecnologia, capacitação e articulação intragovernamental no âmbito das competências listadas anteriormente.

O quadro a seguir apresenta a quantidade e natureza das ações do CTICC referentes ao mandato 2023–2025 e ao mandato 2025–2027:

Mandato 2023-2025

Eixo de Atuação	Ações realizadas	Quantidade
Grupos de Trabalho (GTs)	Reuniões de GTs	14 reuniões
Reuniões do Conselho	Reuniões ordinárias	1
	Reuniões de informes	2
Processos participativos	Processos participativos acompanhados	2
Participação em eventos	Participação em eventos (Fórum Interconselhos – online)	2 eventos

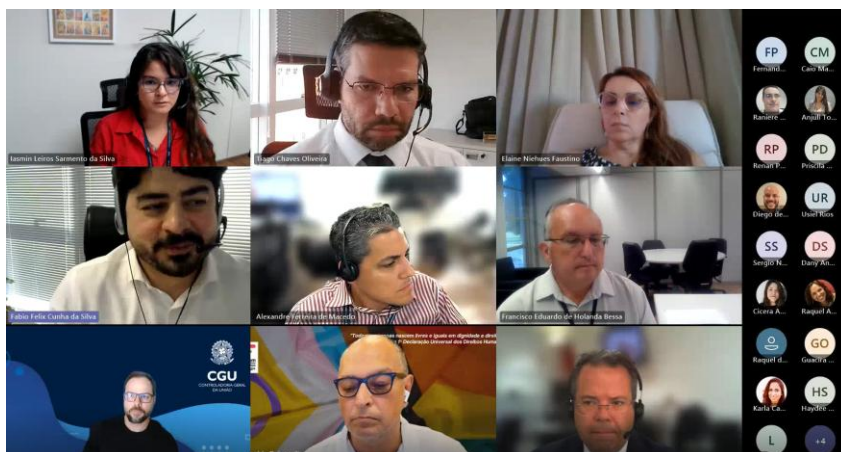
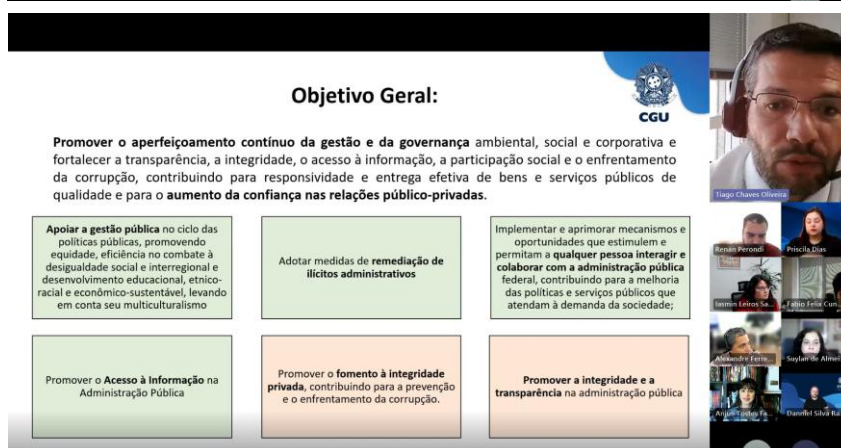
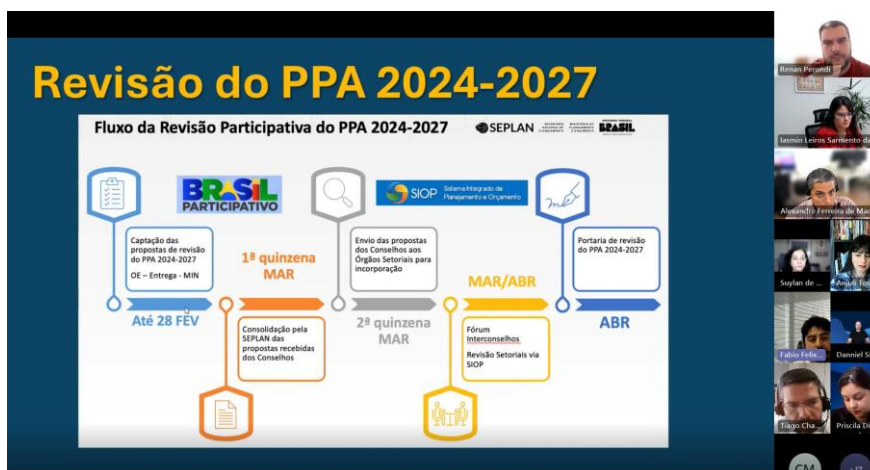
Mandato 2025-2027

Eixo de Atuação	Ações realizadas	Quantidade
Grupos de Trabalho (GTs)	Reuniões de GTs	26 reuniões
Reuniões do Conselho	Reuniões ordinárias	1
	Reuniões extraordinárias (informes, apresentação e validação)	4
Participação em eventos	Participação em Fóruns Interconselhos (presenciais)	2 eventos
	Eventos promovidos pelo CTICC (seminário e webinar)	2 eventos

2 REUNIÕES

2.1. REUNIÃO DE INFORME – 19/02/2025

Na Reunião de Informe realizada em 19 de fevereiro de 2025, foram apresentados aos membros do Conselho os principais eixos do planejamento do CTICC para o ano de 2025. Também foi discutido o processo participativo de revisão do Plano Plurianual (PPA), destacando-se o papel do Conselho na articulação de contribuições qualificadas e na ampliação da participação social no planejamento governamental.



2.3. 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO MANDATO 2023-2025 – 13/05/2025

A 5ª Reunião Ordinária do CTICC, realizada em 13 de maio de 2025, marcou um momento de consolidação das atividades do mandato 2023-2025, com foco no acompanhamento das agendas estratégicas do Conselho. A reunião possibilitou a troca de informações entre os membros, o alinhamento institucional sobre prioridades em curso e o fortalecimento do papel do CTICC como instância de articulação entre governo e sociedade civil nas agendas de transparência, integridade e combate à corrupção.



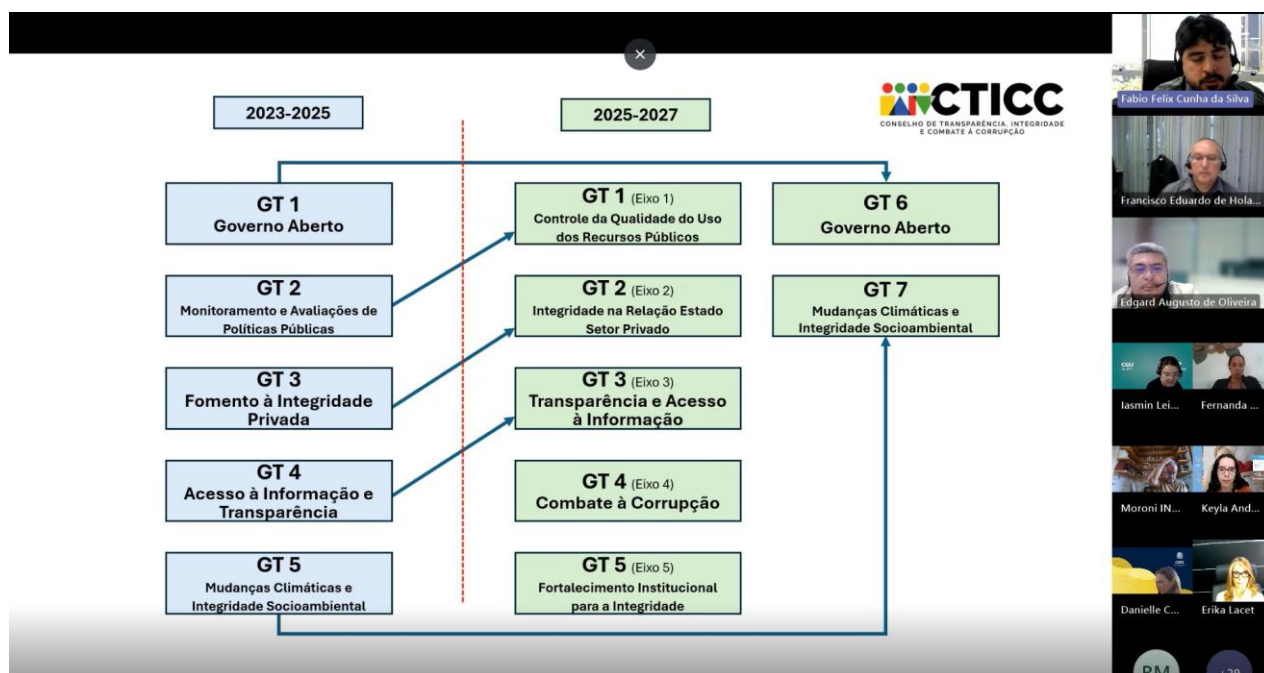


2.4. REUNIÃO DE INFORME – 18/06/2025

A Reunião de Informe de 18 de junho de 2025 teve como pauta central a manifestação de apoio do CTICC à ratificação do Acordo de Escazú pelo Congresso Nacional, reafirmando o compromisso do Conselho com a transparência, o acesso à informação e a participação social em temas socioambientais. Na ocasião, também foi apresentado o monitoramento do **Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC) 2025–2027**, além da reconfiguração dos grupos de trabalho temáticos, com vistas ao novo mandato do Conselho.

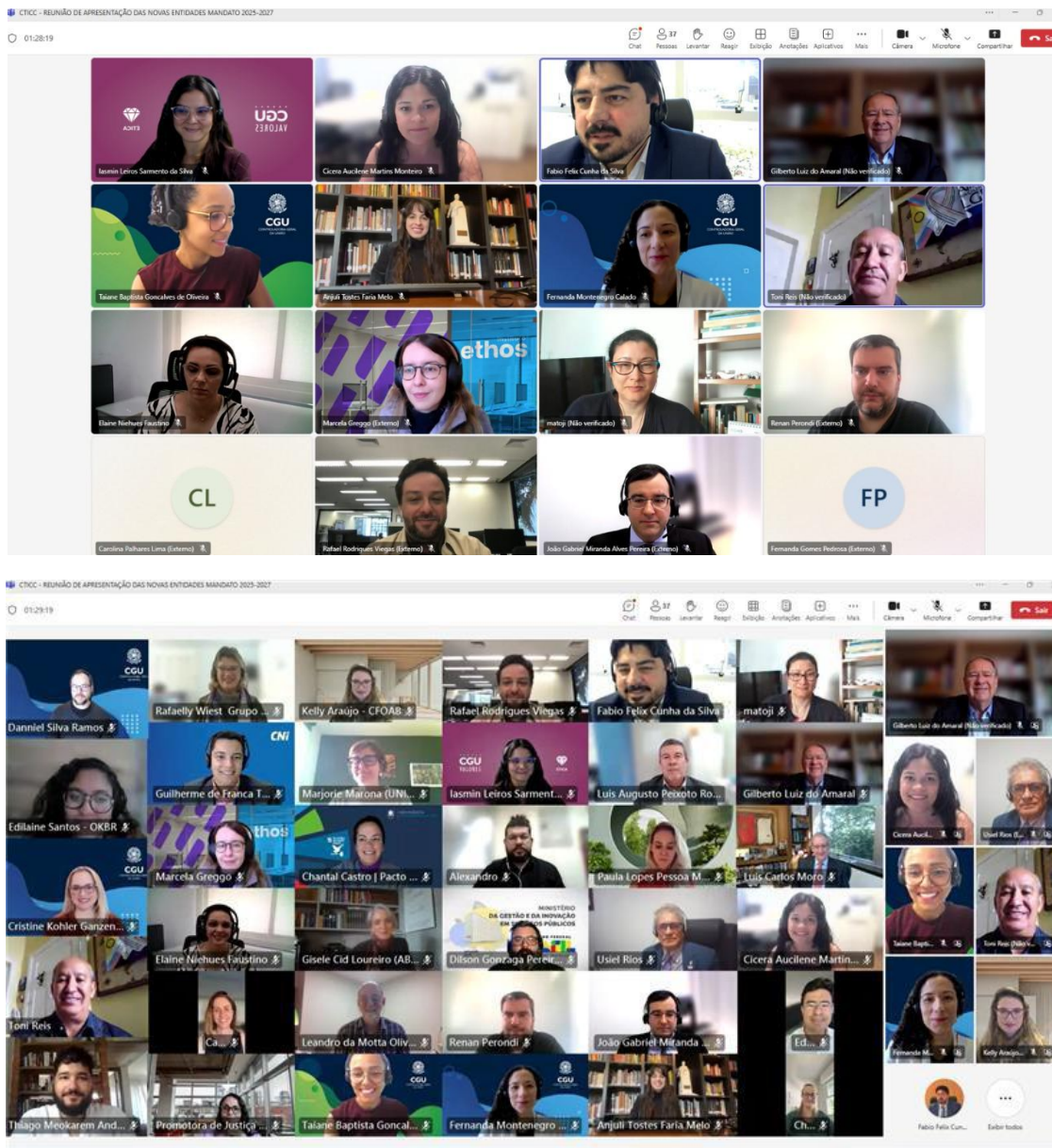
PAUTA

1. Manifestação de apoio do CTICC à ratificação do Acordo de Escazú pelo Congresso Nacional;
2. Monitoramento do Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027;
3. Reconfiguração dos Grupos de Trabalho Temáticos
 - Portaria renovação de mandato (2025-2027) e novos membros;
 - Consulta aos membros para composição dos GTs;
 - Publicação de atos dos novos GTs;
 - Definição de coordenação;
 - Construção de novo Plano de Trabalho (2025-2027)



2.5. REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DAS NOVAS ENTIDADES MANDATO 2025-2027 – 10/07/2025

Realizada em 10 de julho de 2025, a reunião de apresentação das novas entidades marcou o início do mandato 2025–2027 do CTICC. O encontro teve como objetivo promover a integração entre os novos membros, apresentar o funcionamento do Conselho e seus grupos de trabalho, bem como reforçar os princípios de participação social, diálogo e pluralidade que orientam a atuação do CTICC.



2.6. REUNIÃO DE INFORME – 22/07/2025

Na Reunião de Informe de 22 de julho de 2025, foi apresentado o processo participativo “Contribuições dos Conselhos para a Agenda de Ação da COP 30”, incluindo a exposição do espaço destinado às contribuições do CTICC. Também foi aberta a etapa de indicação de seis representantes da sociedade civil para compor o Fórum Interconselhos, que ocorreria de forma presencial em Brasília, nos dias 13 e 14 de agosto, reforçando a articulação interconselhos nas agendas climáticas.

Objetivo da reunião:

Informar sobre as pautas do próximo Fórum Interconselhos (13 e 14 de agosto, em Brasília) e apresentar mais um processo de participação, com o intuito de qualificar a atuação do Conselho no evento.

Pautas do Fórum:

- Participação dos Conselhos e Colegiados Nacionais na COP30; (PROCESSO PARTICIPATIVO ABERTO)
- Política de Participação Social nos territórios;
- Relançamento da plataforma digital Brasil Participativo.

PAUTAS DA REUNIÃO DE INFORME

- 1) Apresentação do processo participativo para a COP30 no Fórum Interconselhos;
- 2) Exposição do espaço destinado às contribuições do Conselho;
- 3) e abertura do processo de indicação de seis representantes da sociedade civil para compor o Fórum Interconselhos, que ocorrerá nos dias 13 e 14 de agosto (presencial, em Brasília).

TEMA GERAL - Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental

Tema A - Transparência, integridade e participação socioambiental na COP30

- Produto A.1 – Eventos do CTICC no marco da COP30
- Produto A.2 – Página sobre a COP30 no Portal da Transparência
- Produto A.3 - Propostas de transparência e integridade do CTICC para a organização da COP30

Tema B - Promoção da transparência e abertura de dados em temas ambientais

- PRODUTO B.1 - Contribuições para a Ação 135 do Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 e para os Planos de Dados Abertos de órgãos e entidades gestoras
- PRODUTO B.2 - Proposta de manifestação a ser apresentada ao CTICC sobre a ratificação do Acordo de Escavú

INSUMOS GTs PARA O PLANO DE TRABALHO DO CTICC

OBJETIVO	PROPOSTA	ENTIDADE	NOME DO(A) REPRESENTANTE DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO
28 - INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO CLIMÁTICO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.	Apoiar as MPMEs na adoção de padrões e frameworks de divulgação de sustentabilidade fornecendo suporte abrangente, incluindo programas de treinamento especificamente projetados para MPMEs para aumentar a conscientização sobre conceitos de sustentabilidade, padrões e benefícios da adoção. Essas ações podem ser implementadas por meio de: - Fornecimento de assistência técnica e orientação durante o processo de adoção, além de sessões de consultoria para ajudar as MPMEs a navegar pelas complexidades dos frameworks de relatórios de sustentabilidade e desenvolver estratégias de sustentabilidade personalizadas. - Comunicação com as MPMEs para compreender suas necessidades, desafios e oportunidades, e apoiar as iniciativas de ação conforme necessário.	ISGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa	Rafael Perondi
30 - INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO EM ASSUNTOS CLIMÁTICOS.	Definir e sustentar a convergência dos frameworks para padrões e divulgações de sustentabilidade, para melhorar a coordenação internacional e promover uma maior convergência nos padrões internacionais. Essas ações podem ser implementadas por meio de: - Engajamento dos países e a comunidade empresarial para discutir, identificar e buscar mecanismos para construir convergência entre os novos frameworks de divulgação de sustentabilidade. - Promoção de um diálogo entre reguladores e a comunidade empresarial para discutir, identificar e buscar mecanismos para construir convergência entre os novos frameworks de divulgação de sustentabilidade. - A adoção de padrões regulatórios de relatórios sob padrões globais relevantes de divulgação de sustentabilidade como equivalentes aos requisitos nacionais, para promover a convergência e interoperabilidade entre frameworks nacionais e internacionais. - Definir desses padrões, que também podem ajudar a melhorar a comparabilidade global, impulsionar a melhoria corporativa, levando as empresas a impactos positivos mais amplos na sociedade e no meio ambiente, melhorando assim a sustentabilidade e a governança.	ISGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa	Rafael Perondi

2.7. REUNIÃO DE VALIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DO CTICC PARA A AGENDA DE AÇÃO DA COP 30 – 08/08/2025

A Reunião de Validação, realizada em 8 de agosto de 2025, teve como finalidade deliberar e validar as propostas construídas pelo CTICC para a Agenda de Ação da COP 30. O encontro consolidou as contribuições do Conselho no processo participativo, assegurando que as propostas refletissem os debates realizados, a diversidade de perspectivas dos membros e o compromisso com transparência, integridade e justiça climática.

EXO	OBJETIVO	PROPOSTA	ENTIDADE	NOME DO(A) REPRESENTANTE DA ENTIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO
28 - INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO CLIMÁTICO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.	Apoiar as MPMEs na adoção de padrões e frameworks de divulgação de sustentabilidade fornecendo suporte abrangente, incluindo programas de treinamento especificamente projetados para MPMEs para aumentar a conscientização sobre conceitos de sustentabilidade, padrões e benefícios da adoção. Essas ações podem ser implementadas por meio de: - Fornecimento de assistência técnica e orientação durante o processo de adoção, além de sessões de consultoria para ajudar as MPMEs a navegar pelas complexidades dos frameworks de relatórios de sustentabilidade e desenvolver estratégias de sustentabilidade personalizadas. - Comunicação com as MPMEs para compreender suas necessidades, desafios e oportunidades, e apoiar as iniciativas de ação conforme necessário.	ISGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa	Rafael Perondi	
30 - INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO EM ASSUNTOS CLIMÁTICOS.	Definir e sustentar a convergência dos frameworks para padrões e divulgações de sustentabilidade, para melhorar a coordenação internacional e promover uma maior convergência nos padrões internacionais. Essas ações podem ser implementadas por meio de: - Engajamento dos países e a comunidade empresarial para discutir, identificar e buscar mecanismos para construir convergência entre os novos frameworks de divulgação de sustentabilidade. - Promoção de um diálogo entre reguladores e a comunidade empresarial para discutir, identificar e buscar mecanismos para construir convergência entre os novos frameworks de divulgação de sustentabilidade. - A adoção de padrões regulatórios de relatórios sob padrões globais relevantes de divulgação de sustentabilidade como equivalentes aos requisitos nacionais, para promover a convergência e interoperabilidade entre frameworks nacionais e internacionais. - Definir desses padrões, que também podem ajudar a melhorar a comparabilidade global, impulsionar a melhoria corporativa, levando as empresas a impactos positivos mais amplos na sociedade e no meio ambiente, melhorando assim a sustentabilidade e a governança.	ISGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa	Rafael Perondi	

3 RELATÓRIOS DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

No âmbito de suas atribuições institucionais, os Grupos de Trabalho do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) desempenharam papel central na elaboração de sugestões para o Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025–2027. Esse Plano constitui um marco estratégico do Governo Federal para o fortalecimento da integridade e o enfrentamento da corrupção na administração pública.

Composto por 260 ações e incorporando iniciativas de mais de 50 órgãos federais, o Plano estrutura-se em cinco eixos temáticos:

- *Eixo 1 - Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos*
- *Eixo 2 - Integridade na Relação Estado Setor Privado*
- *Eixo 3 - Transparência e Governo Aberto*
- *Eixo 4 - Combate à Corrupção*
- *Eixo 5 - Fortalecimento Institucional para a Integridade*

A abordagem do Plano reconhece a complexidade inerente ao fenômeno da corrupção, adotando uma estratégia multifacetada que transcende a mera repressão. Além do fortalecimento de mecanismos de detecção, repressão e dissuasão, o Plano investe na construção de medidas preventivas robustas, integrando o enfrentamento à corrupção ao cotidiano da administração pública federal.

Sua elaboração resultou de amplo diálogo e da proposição de ações por órgãos de toda a administração federal. Nesse processo, o CTICC atuou de forma ativa, promovendo debates e encaminhando proposições, muitas das quais foram incorporadas ao Plano.

Para o monitoramento da execução dessas ações, a Controladoria-Geral da União consolida e disponibiliza à sociedade um painel com informações fornecidas semestralmente pelos órgãos participantes. Esse mecanismo subsidia a atuação do CTICC e de seus Grupos de Trabalho no acompanhamento sistemático do Plano.

PLANO DE INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO 2025–2027

Ações

Plano em Números

Objetivo Estratégico

Órgão Responsável

Situação Atual

Prazo

Limpar Filtros

Painel > Ações

panel atualizado em: 19/12/2024 15:40:30

VISÃO GERAL

EIXO 1 CONTROLE DA QUALIDADE DO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS

EIXO 2 INTEGRIDADE NA RELAÇÃO ESTADO - SETOR PRIVADO

EIXO 3 TRANSPARÊNCIA E GOVERNO ABERTO

EIXO 4 COMBATE À CORRUPÇÃO

EIXO 5 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A INTEGRIDADE

Selecione uma ação na tabela e clique em Detalhar

Colunas: Seleções múltiplas

Id	Órgão	Título	Ação	Objetivo Estratégico
1	CGU	Novo modelo informatizado para prestação de contas na área da educação - Malha Fina 2.0	Desenvolver sistema informatizado com modelo preditivo para gestão de riscos na análise de contas relacionados a recursos na área da educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para os seguintes programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNAITE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).	OE1.1 - Fiscalizar programas e recursos federais mais expostos a riscos de desvio, inclusive nos Municípios, a partir do uso de evidências e da visão dos cidadãos, gestores, academia, sociedade civil e conselheiros das instâncias de controle social para oferecer recomendações nas etapas de formulação, reformulação e de ajustes dos programas
2	CGU	Aproximar a atuação da CGU junto aos municípios, gestores locais e cidadãos (CGU PRESENTE)	Promover avaliações colaborativas e in loco de programas federais em execução nos municípios brasileiros, com foco nos cidadãos, gestores e conselheiros das instâncias de controle social, com vistas ao aprimoramento da efetividade das políticas públicas, bem como ações de fortalecimento das capacidades locais.	OE1.1 - Fiscalizar programas e recursos federais mais expostos a riscos de desvio, inclusive nos Municípios, a partir do uso de evidências e da visão dos cidadãos, gestores, academia, sociedade civil e conselheiros das instâncias de controle social para oferecer recomendações nas etapas de formulação, reformulação e de ajustes dos programas
3	MDS	Novos marcos fiscalizatórios para adesão de estados e municípios ao Programa Bolsa Família e CadÚnico	Estabelecer novos marcos fiscalizatórios do PBF e do CadÚnico, junto aos entes federados, nos termos da LOAS, da Lei nº 14801/2023 e da Resolução CNAS nº 15/2014, por meio do fomento à elaboração de planos, contendo atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, a partir de construção de metodologia específica, ficando o compromisso dos gestores no Termo de Adesão, além de minutas construídas em conjunto pelos atores da Rede Federal de Fiscalização, em articulação com o CNAS, consultas públicas e demais instâncias de participação e controle social no âmbito da assistência social.	OE1.1 - Fiscalizar programas e recursos federais mais expostos a riscos de desvio, inclusive nos Municípios, a partir do uso de evidências e da visão dos cidadãos, gestores, academia, sociedade civil e conselheiros das instâncias de controle social para oferecer recomendações nas etapas de formulação, reformulação e de ajustes dos programas
4	MGI	Expansão da Plataforma Transferegov.br	Mapear e internalizar no Transferegov.br novos instrumentos e modalidades de transferências de recursos da União a órgãos e entidades públicas, dos Estados, DF e Municípios, além de consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos.	OE1.1 - Fiscalizar programas e recursos federais mais expostos a riscos de desvio, inclusive nos Municípios, a partir do uso de evidências e da visão dos cidadãos, gestores, academia, sociedade civil e conselheiros das instâncias de controle social para oferecer recomendações nas etapas de formulação, reformulação e de ajustes dos programas

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

GOVERNO FEDERAL

ACesso à Informação

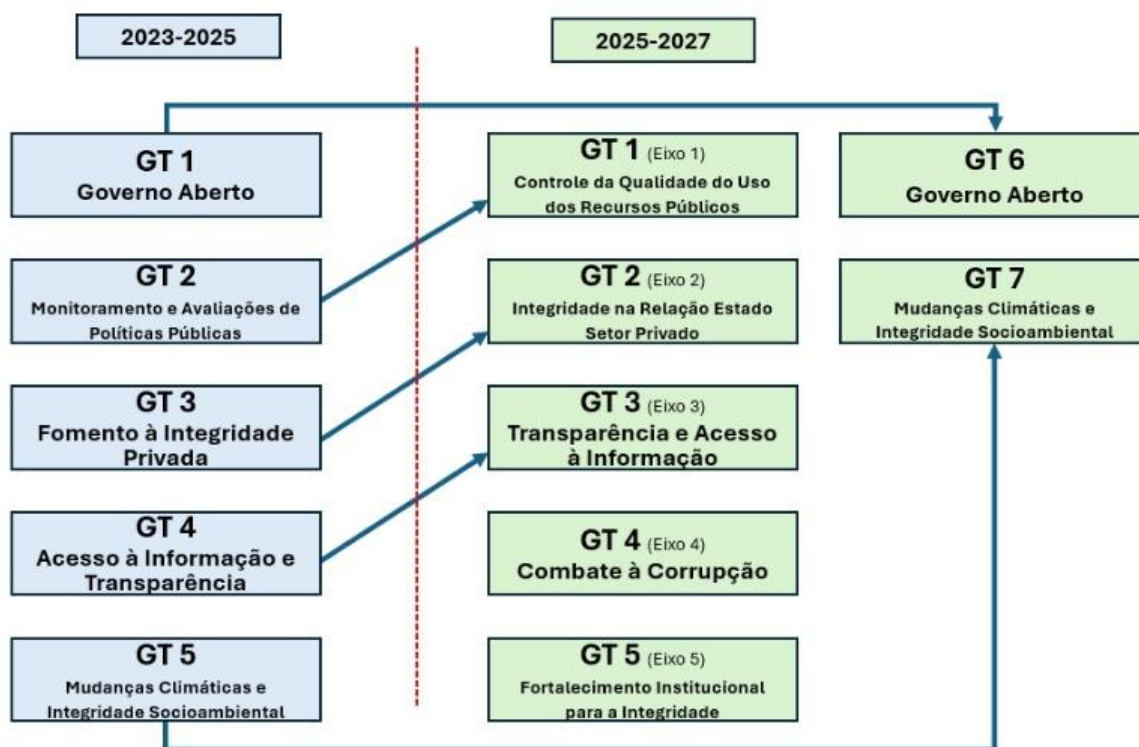
Com vistas a fortalecer esse acompanhamento, conforme deliberado na 4ª Reunião Ordinária do CTICC, realizada em 10 de dezembro de 2024, em 2025 foi promovida a reorganização dos Grupos de Trabalho, alinhando-os aos cinco eixos temáticos do Plano, além da manutenção dos grupos de trabalho sobre “Governo Aberto” e “Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental”.

No que se refere especificamente ao monitoramento do Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025–2027, estabeleceu-se que cada órgão responsável pelas ações cadastradas deve atualizar periodicamente as informações sobre sua execução. A partir dessas informações, a CGU elabora relatório de monitoramento, o qual é encaminhado aos Grupos de Trabalho.

Os Grupos de Trabalho, por sua vez, elaboram texto de manifestação com base nas informações prestadas pelos órgãos responsáveis pelas ações. Esse material subsidia a produção do relatório consolidado pela CGU, que é submetido à apreciação e aprovação do Pleno do CTICC. Após aprovado, o relatório completo, com a manifestação do Conselho, é encaminhado ao Comitê Interministerial de Combate à Corrupção (CICC) para deliberação.

Em síntese, o encaminhamento adotado consistiu na criação de novos Grupos de Trabalho alinhados aos eixos do Plano, com a possibilidade de incorporação de produtos do Plano de Trabalho anterior que não foram concluídos e cuja continuidade foi indicada. Ademais, foi oportunizado aos membros indicar convidados e escolher os Grupos de Trabalho dos quais desejariam participar, dando início à construção dos novos GTs, com definição de temas específicos e produtos a serem desenvolvidos no mandato 2025–2027 do CTICC.

A seguir, apresenta-se a reconfiguração dos Grupos de Trabalho do CTICC.



Ao final desse processo, a coordenação dos Grupos de Trabalho do CTICC elaborou relatório que traduz a transição de cada GT, com base em seus respectivos temas, produtos e ações, servindo de base para a apresentação dos trabalhos a seguir.

3.1. GT2 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (MANDATO 2023-2025) E GT1 – CONTROLE DE QUALIDADE DO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS (MANDATO 2025-2027)

Ao longo de 2025, o Grupo de Trabalho 2 – Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas contou com a participação de representantes da Controladoria-Geral da União, CONACI, TCU, ministérios setoriais e diversas organizações da sociedade civil, incluindo entidades acadêmicas, sindicais e organizações não governamentais. O GT realizou 5 reuniões periódicas ao longo do ano, com foco no fortalecimento do controle social, na qualificação da gestão pública e no acompanhamento de políticas públicas estruturantes, por meio de debates técnicos, articulação institucional e produção colaborativa de conhecimentos.

Como principais produtos entregues em 2025, destacam-se a Cartilha para Exercício do Controle Social, voltada à capacitação da sociedade civil para a fiscalização e a incidência qualificada sobre o uso de recursos públicos; o Relatório de Monitoramento do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), elaborado a partir do acompanhamento do certame pelos membros do GT na condição de observadores externos, com a formulação de alertas, reflexões e oportunidades de melhoria ao longo das diversas etapas da política; e o Guia compilado “Sua Gestão Mais Eficiente – Guias Práticos ao Seu Alcance!”, direcionado à capacitação de gestores municipais, com enfoque em transparência, integridade, eficiência e boas práticas de monitoramento e avaliação, produto que foi disponibilizado no Encontro de Novos(as) Prefeitos(as) de 2025.

Além disso, o GT avançou de forma significativa na construção do Relatório de Pesquisa sobre Avaliação de Serviços Públicos Federais, cuja entrega final permaneceu parcial em 2025. Entre os resultados intermediários alcançados estão o benchmarking de avaliações existentes, a priorização de serviços a serem avaliados, a mobilização institucional, a análise preliminar de bases de dados, a realização de oficinas para construção do instrumento de coleta, bem como o levantamento de recursos e a definição dos meios de coleta. Essas entregas parciais consolidaram bases metodológicas e institucionais relevantes para a continuidade do trabalho e a difusão de conhecimento sobre avaliação de serviços públicos federais.

Criado no mandato do CTICC 2025-2027, o Grupo de Trabalho 1 (GT1) – Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos acolheu os estudos dos temas específicos debatidos no âmbito do GT2 – Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

Ao todo, o GT1 realizou três reuniões, compreendendo a reunião de abertura dos trabalhos e duas reuniões destinadas à apresentação de ações priorizadas no âmbito do Plano de Integridade e Combate à Corrupção (PICC). O Grupo contou com a participação de representantes da CGU (SFC e OGU), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), de entidades da sociedade civil organizada, como Transparência Brasil, ABJD, FUP, Unacon Sindical, Grupo Dignidade, além de instituições acadêmicas e técnicas, como a FGV, assegurando pluralidade institucional e diversidade de perspectivas.

Como principais produtos entregues em 2025, destaca-se, inicialmente, a Apresentação de Abertura dos Trabalhos do GT1, que consolidou o contexto geral do eixo, os objetivos estratégicos associados, as diretrizes de atuação para 2026, os fatores de risco considerados para a seleção das ações e a priorização final das iniciativas a serem acompanhadas pelo Grupo. Esse produto estruturou metodologicamente os trabalhos do GT e definiu o universo de ações prioritárias.

Além disso, foram realizadas apresentações técnicas de ações priorizadas para acompanhamento pelo GT1 em 2026, incluindo:

- (i) a ação ColaboraGov, apresentada pelo MGI, voltada ao fortalecimento de serviços compartilhados e à racionalização do uso de recursos públicos;*
- (ii) a Instituição do Programa EquipaDH+, apresentada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), com foco no aprimoramento da governança, integridade e rastreabilidade das doações de bens e equipamentos; e*
- (iii) a reformulação da ação “Avaliação de Serviços Públicos Federais”, com a transição para a entrega de um Guia para Avaliação de Serviços Públicos, orientado ao uso estratégico de bases de dados existentes e à incorporação da perspectiva do usuário.*

Por fim, como produto organizacional relevante, o GT1 promoveu o agendamento das apresentações das demais ações priorizadas para 2026, a saber: Expansão da Plataforma Transferegov.br (MGI); Normas Padronizadas de Fiscalização (MS); Transparência e Integridade na Codevasf (MIDR); Combate a Fraudes no Seguro-Desemprego (MTE); e Observatório de Ações Públicas para a Integridade (CGU). Esses encaminhamentos viabilizam que, no primeiro trimestre de 2026, sejam pactuadas propostas de produtos concretos a serem desenvolvidos pelo GT1, de modo a apoiar a implementação, o monitoramento e o aprimoramento das ações priorizadas, contribuindo para o fortalecimento da integridade, da eficiência e da qualidade do uso dos recursos públicos.

3.2. GT3 – FOMENTO À INTEGRIDADE PRIVADA (MANDATO 2023-2025) E GT2 – INTEGRIDADE NA RELAÇÃO ESTADO SETOR PRIVADO (MANDATO 2025-2027)

O Grupo de Trabalho GT3 – Fomento à Integridade Privada teve como foco principal o desenvolvimento de temas e ferramentas para aprimorar a promoção da integridade corporativa, sob a coordenação da Diretoria de Avaliação e Promoção de Integridade Privada – DPI/SIPRI, e cogestão de dois representantes da sociedade civil, através da ABRIG – Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais e Instituto ETHOS.

Na primeira fase de suas atividades, iniciadas em 2023, o GT3 concentrou-se na discussão e identificação de novos tópicos para as estratégias de promoção da integridade privada, apresentando como produtos alguns temas das áreas de direitos humanos e responsabilidade socioambiental, escolhidos por seu nível de maturidade e desenvolvimento. Na segunda fase, no ano de 2024, ocorreu a concepção, elaboração e entrega do produto que contemplou a proposta dos novos quesitos de avaliação para os programas de fomento à integridade privada da CGU, o “Empresa Pró-Ética” e o “Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, trazendo as dimensões de direitos humanos e socioambientais,

fase que passou por diversas discussões e contribuições de inúmeras entidades do terceiro setor e da área pública.

Durante o primeiro semestre de 2025, o GT3 dedicou-se à elaboração de seu último produto previsto: “Guia de Integridade Privada com foco na Integração da Responsabilidade Socioambiental e do Respeito aos Direitos Humanos nos Programas de Integridade”. O resultado dos trabalhos foi apresentado na reunião do GT realizada em 13 de maio de 2025, durante a 5ª Reunião Ordinária do CTICC, o quê marcou o encerramento do mandato 2023–2025 dos representantes do Conselho, tendo sido apresentados integralmente os produtos planejados para o referido GT.

Finalizados os trabalhos do GT3, ocorreu a formalização da nova composição do CTICC, sendo o GT3 substituído pelo GT2 – Integridade na Relação Estado Setor Privado, instituído em setembro de 2025. O GT2 tem como principal objetivo promover a integridade nas interações entre o Estado e o setor privado, por meio da discussão e proposição de medidas que aprimorem as políticas e estratégias de fomento à integridade privada implementadas pela administração pública federal e instituições parceiras, igualmente sob a coordenação da Diretoria de Promoção e Avaliação de Integridade Privada – DPI/SIPRI.

Em 10 de novembro de 2025, ocorreu a reunião inaugural do GT2, onde foram apresentados os membros participantes, assim como escolhidos os coordenadores representantes da sociedade civil (Pacto Global e IBGC). Também foram discutidos os possíveis temas relevantes que poderiam ser abordados pelo GT, com destaque para a proposta da CGU sobre “Integridade nas Contratações Públicas”, com o objetivo de compartilhar boas práticas e orientar tanto empresas quanto órgãos públicos.

A segunda reunião do GT2 ocorreu em 08 de dezembro de 2025, por ocasião da 1ª Reunião Ordinária do mandato 2025–2027 do CTICC. Neste encontro, foram definidos os temas e produtos a serem desenvolvidos, resultando na divisão do tema geral em dois temas específicos, cada um sob a responsabilidade de um subgrupo. O primeiro subgrupo terá como foco a proposta apresentada inicialmente, “Integridade nas Contratações Públicas”, visando a produção de um “Guia de Boas Práticas de Integridade Privada para Contratações Públicas”. O segundo subgrupo abordará a “Integridade nas Relações Governamentais”, com a finalidade de colaborar com as discussões sobre o tema da representação privada de interesses no Brasil, sob enfoque da integridade nas relações entre o estado e o setor privado. Esse subgrupo trabalhará no desenvolvimento dos seguintes produtos: um “Estudo comparativo da regulamentação da representação privada de interesses no Brasil e em outros países” e um “Guia de Integridade nas Relações Governamentais”.

3.3. GT4 – ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA (MANDATO 2023-2025) E GT3 - TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO (MANDATO 2025-2027)

O Grupo de Trabalho de Transparência e Acesso à Informação do Conselho de Integridade, Transparência e Combate à Corrupção (GT 3 do CTICC) reuniu-se, em 2025, dez vezes em caráter ordinário, nas seguintes datas: 9/01, 23/01, 4/02, 19/02, 25/02, 28/08, 24/09, 31/10, 25/11 e 8/12.

Atuou ao longo do ano como instância de diálogo, articulação e construção conjunta

entre órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e representantes da academia. Em consonância com as competências do Conselho, o GT acompanhou, debateu e contribuiu para o aprimoramento da política de acesso à informação, com ênfase na transparência ativa, na qualificação da implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) e na análise de desafios emergentes relacionados à proteção de dados pessoais, à automação de processos.

Durante o primeiro semestre de 2025, ainda no âmbito do mandato 2023–2025, o GT concentrou seus esforços na consolidação de produtos relacionados à política de transparência e acesso à informação. As atividades desse período tiveram caráter preparatório e de amadurecimento técnico, servindo de subsídio às deliberações do ciclo subsequente de trabalhos.

Em janeiro de 2025, o Grupo realizou reuniões voltadas ao compartilhamento e à discussão da proposta de Regimento da Rede LAI, com escuta, sistematização e discussão de contribuições da sociedade civil, posteriormente encaminhadas ao Conselho Diretivo da Rede.

Ao longo de fevereiro, as atividades do GT incluíram a realização de reuniões do Grupo de Estudos da Lei de Acesso à Informação, bem como encontros de informes e alinhamento institucional. Nessas ocasiões, foram debatidos temas como a proposta de revisão do Plano Plurianual, a criação de novos grupos de trabalho no âmbito do Conselho e atualizações sobre o funcionamento da plataforma Fala.BR, com destaque para questões relacionadas ao login Gov.br e ao acesso de usuários estrangeiros. Foi discutida a alteração da forma de acesso à Plataforma Fala.BR exclusivamente por meio da autenticação do Gov.BR, implementada para compatibilizá-la com a legislação federal que instituiu a Plataforma Gov.BR (Decreto nº 8.936/2016), obrigação de todos os órgãos e entidades que oferecem serviços públicos no âmbito do Governo Federal. Membros da sociedade civil no GT questionaram a implementação do login Gov.br no Fala.BR, que na sua perspectiva não teria sido acompanhada de análise de impacto, em especial perante grupos sociais que possuem dificuldade ou restrição para utilizar o mecanismo de autenticação.

No segundo semestre, já no mandato 2025–2027, o GT3 realizou cinco reuniões ordinárias e definiu os temas prioritários que orientaram suas atividades, com foco na relação entre transparência e proteção de dados pessoais e na transparência ativa durante o período de defeso eleitoral.

A primeira reunião do semestre, realizada em agosto, foi dedicada ao planejamento da agenda de trabalho. Na reunião subsequente, realizada em setembro, o Grupo aprofundou o debate sobre a aplicação harmônica entre a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com contribuições da CGU, de membros do GT e de convidados do Conselho de Proteção de Dados Pessoais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CPDP/MJSP).

A terceira reunião ordinária, realizada em outubro de 2025, deu continuidade às discussões sobre transparência e proteção de dados pessoais e incorporou o tema da transparência ativa durante o período de defeso eleitoral. O debate ressaltou a necessidade de assegurar a publicidade de atos administrativos, programas e políticas públicas durante o defeso, evitando restrições indevidas ao acesso à informação, bem como a importância de orientações claras e juridicamente seguras para a atuação dos órgãos públicos. Na ocasião, a CGU informou estar considerando a possibilidade de apresentar proposta, no contexto de futura consulta pública do Tribunal Superior Eleitoral acerca de resolução sobre o defeso 2026, com vistas a endereçar as preocupações apresentadas pelas entidades da sociedade civil.

Na quarta reunião ordinária, em novembro de 2025, o GT avaliou o progresso da agenda do semestre, discutiu o planejamento de suas atividades para 2026 e promoveu debate sobre o uso de tecnologias de automação no âmbito do acesso à informação. As discussões abordaram premissas normativas, riscos e oportunidades associados ao uso de tecnologias digitais, reforçando a necessidade de governança, transparência e capacitação institucional.

No que se refere aos produtos desenvolvidos ao longo de 2025, destacam-se:

- *Recomendações para a implementação da RedeLAI*

Documento elaborado e disponibilizado pela sociedade civil, que estruturou o desenho e os princípios de funcionamento da rede, atualmente em plena atividade.

- *Contribuições para o aprimoramento do Painel LAI*

Envio de contribuições para o aprimoramento do Painel LAI, portal que apresenta uma navegação clara e intuitiva, facilitando o entendimento do pedido de acesso à informação como um processo integrado — ao apresentar as eventuais etapas recursais como partes de um único processo.

- *Radar LAI*

Painel analítico que reúne, organiza e divulga achados relevantes sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação, a partir da análise de estudos publicados entre 2011 e 2024. O produto tem por objetivo sistematizar o conhecimento disponível e subsidiar debates, práticas e pesquisas sobre transparência pública no Brasil. O Radar LAI foi desenvolvido pela Politeia Universidade do Estado de Santa Catarina/ Escola Superior de Administração e Gerência (UDESC/ESAG), em parceria com a Associação Fiquem Sabendo e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), tendo sido lançado em 8 de dezembro de 2025.

- *Discussão de recomendações para o aprimoramento do acesso à informação*
Conjunto de discussões que permeou os trabalhos do GT ao longo de 2025, cuja continuidade foi pactuada para o ciclo de 2026.

De forma transversal, a atuação do GT3 em 2025 caracterizou-se pela articulação institucional e pelo diálogo contínuo com a sociedade civil e a academia. O Grupo consolidou-se como espaço para a escuta, a formulação de propostas e a indução de boas práticas, contribuindo para o fortalecimento da política de transparência e acesso à informação.

Ao final do período, foram pactuadas as prioridades para o ciclo de 2026, com destaque para a ampliação e o aprofundamento dos recortes temáticos do Radar LAI e o desenvolvimento das recomendações para o aprimoramento do acesso à informação, assegurando a continuidade dos trabalhos no novo mandato.

3.4. GT4 – COMBATE À CORRUPÇÃO (MANDATO 2025-2027)

O Grupo de Trabalho 4 desenvolveu, a partir do final do ano de 2025, uma agenda de reuniões voltadas ao cumprimento das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato

nº 10/2025 do CTICC, relacionado ao monitoramento e avaliação de políticas públicas relativas ao eixo temático de combate à corrupção. As discussões se voltaram principalmente sobre a definição do escopo de atuação do grupo no próximo biênio de mandato, com a definição dos eventuais produtos a serem desenvolvidos.

No plano metodológico, o GT4 adotou uma dinâmica baseada em reuniões periódicas, levantamento de sugestões e coleta estruturada de contribuições dos seus 19 integrantes, representantes da sociedade civil e de órgãos estatais, com o objetivo de definir de forma participativa os produtos a serem desenvolvidos. Esse processo permitiu o debate técnico sobre prioridades, a delimitação do escopo temático e a construção consensual dos encaminhamentos.

Como resultado, foi definido um produto central vinculado ao tema específico da responsabilização por atos de corrupção, consistente na elaboração de um relatório com contribuições para o aprimoramento da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). O produto tem por finalidade fornecer subsídios técnicos para a Ação ID 1792857 do PICC, com foco no fortalecimento do marco legal de combate à corrupção, especialmente no que se refere à apuração de ilícitos e à aplicação de sanções. A previsão é de validação Plano de Ações em janeiro de 2026 e entrega do produto final até setembro desse mesmo ano.

3.5. GT5 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A INTEGRIDADE (MANDATO 2025-2027)

O Grupo de Trabalho 5 – Fortalecimento Institucional para a Integridade foi instituído pelo Ato nº 13/2025/GM/CGU, de 15 de setembro de 2025, e é um dos GTs em funcionamento no âmbito do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC.

O Coordenador-Geral de Integridade Pública Federal, Daniel Aguiar Espinola, foi designado para atuar como coordenador na condição de representante da SIP/CGU. A servidora do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Karina Mendes Nunes Viana, membro do Conselho, foi indicada como coordenadora na condição de integrante do GT.

As atividades do GT5 tiveram início em 1º de outubro de 2025 com a reunião de abertura, dedicada à apresentação dos participantes, alinhamento metodológico e definição do calendário. Nas reuniões de 15 e 29 de outubro, o grupo definiu o cronograma, escolheu o coordenador da sociedade civil e deliberou sobre os temas prioritários: promoção da integridade em entes subnacionais e educação e cultura de integridade. O grupo organizou-se então em quatro subgrupos temáticos, responsáveis pela elaboração dos produtos correspondentes.

Deste modo, os produtos definidos pelo GT5 foram:

- *Subsídios para um Anteprojeto de Lei relativo à integridade pública;*
- *Elaboração de um Guia e/ou Cartilha voltado aos entes subnacionais acerca do tema;*
- *Revisão do “Programa Integridade Pública – Fundamentos” em parceria com a Escola Virtual de Governo (EVG); e*
- *Eventos para discussão de temas relacionados à integridade nos Três Poderes.*

Cada subgrupo ficou responsável por elaborar planos de ações com o detalhamento das tarefas relacionadas à entrega de cada produto. Esses planos de ações foram discutidos e aprovados pelo grupo nas reuniões de 05 e 17 de novembro de 2025.

Por fim, no dia 08 de dezembro, foi realizada uma reunião híbrida, com a participação da Secretária de Integridade Pública da CGU, Sra. Patrícia Álvares de Azevedo Oliveira, na qual houve uma recapitulação das ações planejadas pelo GT e uma apresentação dos trabalhos da Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia – ABJD.

Como exposto, a partir da definição dos produtos e atividades a serem realizadas, foram organizados subgrupos para a realização de tarefas necessárias à produção de cada produto, e definidos os responsáveis pela condução de cada um dos subgrupos.

Quanto ao produto “Subsídios para um Anteprojeto de Lei relativo à integridade pública”, ficou definido que a Coordenação-Geral de Promoção de Integridade para Estados e Municípios da SIP seria a responsável pela condução dos trabalhos. A partir destas definições, foi esboçado um plano de ação, que foi compartilhado e validado por todos os membros do GT. A primeira reunião do subgrupo ocorreu em 03 de dezembro objetivando no chamamento dos membros do GT5, que se interessam pela temática, a somarem nas discussões.

Em relação ao produto “Guia e/ou Cartilha para entes subnacionais”, o objetivo é orientar ou instruir, com informações práticas e objetivas, a respeito da promoção de uma cultura de integridade pública junto a Estados e Municípios, visando à implementação, ao acompanhamento e ao monitoramento de políticas públicas de forma eficaz e transparente. Para isso, buscar-se-á propor modelos de fomento à integridade em políticas federativas (de forma geral ou com estudos de caso em saúde, educação ou meio ambiente). As tarefas relacionadas a tal produto são executadas por um subgrupo coordenado pelo representante do Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI, o Sr. Luis Augusto Rocha.

Quanto ao produto “Revisão do curso ‘Programa Integridade Pública – Fundamentos’”, trata-se de uma atualização do programa de capacitação disponibilizado na plataforma da Escola Virtual de Governo – EVG, com vistas a torná-lo convergente sobretudo com as novas normas editadas a partir do Decreto nº 11.529/2023 (que instituiu o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal – Sitai – e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal), a exemplo do Referencial Técnico da Atividade de Gestão da Integridade do Poder Executivo Federal (Portaria Normativa CGU nº 234/2025) e o Modelo de Maturidade em Integridade Pública – MMIP. Para implementar as tarefas relacionadas a tal produto, foi criado o subgrupo sob coordenação da representante do MGI, a Sra. Karina Mendes Nunes Viana.

Por fim, o produto “Eventos para discussão de temas relacionados à integridade nos Três Poderes” visa disseminar conceitos fundamentais de integridade e compliance com a participação de especialistas nos Três Poderes, mediante a realização de eventos e ações formativas que fortaleçam a compreensão coletiva sobre o papel das instituições e dos agentes públicos na construção de uma cultura organizacional ética, transparente e responsável. As tarefas relacionadas a esse produto estão a cargo de subgrupo coordenado por representante da ABJD, a Sra. Sabrina Colares Nogueira.

3.6. GT1 - GOVERNO ABERTO (MANDATO 2023-2025) E GT6 – GOVERNO ABERTO (MANDATO 2025-2027)

O Grupo de Trabalho de Governo Aberto do Conselho de Integridade, Transparência e Combate à Corrupção (GT 6 do CTICC) reuniu-se, em 2025, sete vezes em caráter ordiná-

rio, nas seguintes datas: 13/03, 12/05, 28/08, 25/09, 23/10, 27/11 e 08/12. Houve, ainda, uma reunião extraordinária ocorrida em 03/07, em conjunto com membros do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA).

O GT atuou como importante espaço de articulação entre governo federal e sociedade civil para o fortalecimento da pauta de governo aberto. Na reunião realizada em 12 de maio, estabeleceram-se as frentes de trabalho que guiariam as ações do grupo até o fim do ano: (i) atuação do Brasil na copresidência da Parceria para Governo Aberto (OGP); (ii) revisão do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto; e (iii) elaboração da Estratégia de Governo Aberto. Nos parágrafos a seguir, discorre-se sobre as atividades realizadas.

As discussões sobre a copresidência global da OGP, exercida pelo Brasil em conjunto com a advogada queniana Steph Muchai, iniciaram-se na reunião de 13 de março, quando a CGU destacou a necessidade de aproveitar a copresidência como oportunidade para fortalecer políticas internas alinhadas aos princípios de governo aberto.

Ao longo do ano, o grupo de trabalho acompanhou o processo de elaboração da agenda da copresidência, documento que define prioridades, focos temáticos e metas institucionais do mandato. O GT contribuiu com reflexões e propostas de temas prioritários. A agenda foi lançada durante a COP 30, em Belém, em evento ministerial coordenado pela CGU com a participação da SGPR, do MGI e de membro do GT da sociedade civil.

Em outubro de 2025, diversos integrantes do GT participaram da IX Cúpula Global da OGP em Vitória-Gasteiz, na Espanha. Após o evento, houve uma reunião para síntese e coleta de impressões, a fim de traduzir os aprendizados dos participantes em estratégias para a copresidência.

A revisão do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto tem por objetivo reavaliar e atualizar os oito compromissos do plano após 2 anos de execução. O processo é obrigatório para planos com duração de 4 anos, como é o caso brasileiro. A metodologia do projeto foi apresentada formalmente pela CGU e aprovada pelo grupo em reunião realizada no dia 3 de julho.

Em novembro, a CGU submeteu à consideração do GT o relatório do progresso do plano, previsto na metodologia. O documento avalia o progresso dos compromissos, identifica avanços, desafios e oportunidades de melhoria e serve de subsídio para as etapas seguintes do trabalho de revisão.

Paralelamente à revisão do Plano, o GT dedicou-se à elaboração da Estratégia de Governo Aberto. Os debates que orientaram essa construção tiveram início na reunião de 13 de março, quando a CGU destacou a necessidade de consolidar uma estratégia estruturante, com diretrizes, objetivos e mecanismos de governança que garantissem continuidade e institucionalização da agenda. A proposta de metodologia, formalmente apresentada pela CGU na mencionada reunião de 3 de julho, foi aperfeiçoada a partir das contribuições do GT.

Como etapa da elaboração da estratégia, a CGU submeteu ao grupo versão preliminar de diagnóstico sobre a política de governo aberto no governo federal. Membros do grupo avaliaram o documento e fizeram contribuições. Na etapa seguinte, o GT avaliou e aprovou a proposta de estrutura contendo os elementos que compõem a estratégia. Esse processo seguirá em 2026.

No que se refere aos produtos desenvolvidos ao longo de 2025, destacam-se a Revisão do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto e a Elaboração da Estratégia de Governo Aberto.

3.7. GT5 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E INTEGRIDADE SOCIOAMBIENTAL (MANDATO 2023-2025) E GT7 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS E INTEGRIDADE SOCIOAMBIENTAL (MANDATO 2025-2027)

O GT7 realizou 13 reuniões formais de trabalho em 2025. No que se refere ao tema “Transparência, Integridade e Participação Socioambiental na COP30”, atuou juntamente com as equipes da CGU na elaboração e lançamento da página da COP30 no Portal da Transparência e do Painel InfoAgendas sobre a COP30. Além disso, as instituições da sociedade civil representadas no GT7 elaboraram outras propostas de integridade e transparência para a realização da COP30, que foram encaminhadas para avaliação dos órgãos competentes.

Ainda sobre sua atuação relacionada com a COP30, foi realizado, em 24.10.2025, o Seminário do CTICC no marco da COP30 – Transparência, Integridade e Clima: um debate necessário, que contou os seguintes painéis e participantes:

O painel “Transparência, Integridade e Clima: uma agenda convergente” foi moderado por Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira, Secretária de Integridade Pública da CGU, e contou com exposições de Livia Oliveira Sobota (CGU), Mariana Barbosa Cirne (IDP) e Renato Morgado (Transparência Internacional).

O painel “Casos de sucesso em transparência e integridade de organizações públicas e privadas relacionados à mudança do clima” foi moderado por Ronald Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da CGU, com apresentações de Sérgio Filgueiras de Paula (CGU), Caio Magri (Instituto Ethos), Jair Schimidt (Ibama) e Humberto Luciano Schloegl (MMA).

Em 30.10.2025 foi realizado o webinar Transparência e Controle Social na COP30, para divulgação e apresentação da página da COP30 no Portal da Transparência e do Painel Infoagendas.

Quanto ao tema “Promoção da transparência e abertura de dados em temas ambientais”, o GT7 elaborou documento denominado “Manifestação do CTICC pela ratificação do Acordo de Escazú”, que foi aprovado pelo CTICC e publicado no site da CGU. O Acordo foi aprovado em novembro de 2025 pela Câmara dos Deputados, sendo que o parecer do relator incorporou alguns argumentos da Manifestação.

Por fim, o único produto previsto no Plano de Ação que não foi concluído em 2025 são contribuições para a Ação 135 do Plano Anticorrupção e para os Planos de Dados Abertos de órgãos e entidades gestoras (base de dados ambientais e sobre o uso da terra). A Ação 135 refere-se ao fomento ao uso, integração e abertura de dados para a prevenção e detecção de ilícitos ambientais e tem como prazo de implementação dezembro de 2027.

4.1. PROPOSTAS DO CTICC PARA A AGENDA DE AÇÃO DA COP30

No âmbito da preparação para a 30ª Conferência das Partes da Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) participou do processo participativo “Contribuições dos Conselhos para a Agenda de Ação da COP30”, iniciativa voltada à mobilização de contribuições da sociedade civil e de diferentes instâncias participativas para o fortalecimento das ações climáticas.

A Agenda de Ação constitui um dos pilares da Convenção do Clima, voltado à mobilização de ações voluntárias de atores não estatais — como organizações da sociedade civil, empresas, investidores, cidades e estados — para acelerar a redução de emissões, a adaptação às mudanças climáticas e a transição para economias sustentáveis, em consonância com os objetivos do Acordo de Paris.

No contexto da COP30, a Presidência brasileira propôs estruturar a Agenda de Ação a partir dos resultados do primeiro Balanço Global (Global Stocktake – GST-1), organizando as iniciativas em seis eixos temáticos: (1) transição nos setores de energia, indústria e transporte; (2) gestão sustentável de florestas, oceanos e biodiversidade; (3) transformação da agricultura e dos sistemas alimentares; (4) construção de resiliência em cidades, infraestrutura e água; (5) promoção do desenvolvimento humano e social; e (6) objetivos transversais voltados a catalisadores e aceleradores da ação climática, incluindo financiamento, tecnologia e capacitação.

No âmbito do CTICC, o processo de participação foi apresentado na Reunião de Informe de 22 de julho de 2025, ocasião em que foram expostos os objetivos da iniciativa e o espaço destinado às contribuições do Conselho. Na mesma reunião, foi iniciada a etapa de indicação de seis representantes da sociedade civil para compor o Fórum Interconselhos da COP30, realizado presencialmente em Brasília nos dias 13 e 14 de agosto de 2025, com o objetivo de fortalecer a articulação entre conselhos nacionais nas agendas climáticas.

Posteriormente, na Reunião de Validação realizada em 8 de agosto de 2025, foram deliberadas e validadas as propostas elaboradas no âmbito do Conselho, consolidando as contribuições do CTICC para a Agenda de Ação da COP30. O processo buscou assegurar que as propostas refletissem os debates realizados entre os membros do colegiado, incorporando diferentes perspectivas e reafirmando o compromisso do Conselho com os princípios de transparência, integridade e justiça climática.

As contribuições apresentadas ao processo foram elaboradas por organizações integrantes do Conselho e distribuíram-se entre diferentes eixos da Agenda de Ação. A Open Knowledge Brasil apresentou oito contribuições, sendo três no Eixo 1 (transição nos setores de energia, indústria e transporte), uma no Eixo 2 (gestão sustentável de florestas, oceanos e biodiversidade) e quatro no Eixo 6 (objetivos transversais). A Politeia/Udesc apresentou vinte e quatro contribuições, distribuídas entre os eixos: quatro no Eixo 1, quatro no Eixo 2, uma no Eixo 3 (transformação da agricultura e dos sistemas alimentares), sete no Eixo 4 (resiliência em cidades, infraestrutura e água), duas no Eixo 5 (desenvolvimento humano e social) e seis no Eixo 6. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) apresentou quatro contribuições, todas no Eixo 6.

Ao todo, o CTICC consolidou 36 contribuições no processo participativo, evidenciando o potencial de articulação do Conselho na promoção de agendas que integram transparência, integridade e governança às políticas climáticas.

5 OUTRAS AÇÕES E INICIATIVAS

5.1. 1º FÓRUM INTERCONSELHOS – 25/03/2025

O CTICC participou do Fórum Interconselhos realizado em 25 de março de 2025, em formato on-line, dedicado à revisão do Plano Plurianual (PPA). O encontro possibilitou a articulação entre diferentes conselhos nacionais, contribuindo para a consolidação de propostas oriundas dos processos participativos e para o fortalecimento da participação social no planejamento governamental.

5.2. 2º FÓRUM INTERCONSELHOS – 27/05/2025

Em 27 de maio de 2025, o CTICC participou do Fórum Interconselhos, realizado de forma on-line, que teve como foco a devolutiva da revisão participativa do PPA 2024-2027 e o debate sobre a Estratégia Brasil 2050. A participação do Conselho contribuiu para o diálogo interinstitucional sobre planejamento de longo prazo e para a incorporação das perspectivas da transparência, integridade e controle social nas agendas estratégicas do Estado brasileiro.

5.3. 3º FÓRUM INTERCONSELHOS – 13/08/2025 E 14/08/2025

Nos dias 13 e 14 de agosto de 2025, o CTICC participou do Fórum Interconselhos voltado à construção das contribuições dos conselhos para a Agenda de Ação da COP 30. O encontro promoveu o intercâmbio de experiências e a articulação entre diferentes instâncias participativas, visando qualificar as propostas relacionadas à transparência, integridade e participação social no contexto da agenda climática.

5.4. 4º FÓRUM INTERCONSELHOS – 16/08/2025 E 17/08/2025

Entre os dias 16 e 17 de agosto de 2025, o CTICC integrou o Fórum Interconselhos dedicado à elaboração do documento a ser encaminhado à Pré-COP30, bem como à formação da delegação que representaria o Fórum nesse espaço internacional. A participação do Conselho reforçou o compromisso com a construção coletiva de posicionamentos e com a representação qualificada da sociedade civil e do governo nos debates climáticos globais.





5.5. SEMINÁRIO - CTICC NO MARCO DA COP30 - TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E CLIMA: UM DEBATE NECESSÁRIO

O CTICC promoveu, em 24 de outubro de 2025, o seminário “**CTICC no marco da COP30 – Transparência, Integridade e Clima**”, realizado no auditório da Controladoria-Geral da União (CGU), com transmissão e participação presencial de representantes do poder público, da sociedade civil e especialistas. O evento integrou as ações preparatórias para a 30ª Conferência das Partes (COP30), visando estimular o diálogo sobre a convergência entre as agendas de transparência, integridade e clima, ressaltando a importância desses pilares no enfrentamento às mudanças climáticas e na promoção de políticas públicas éticas e eficazes. A programação contou com painéis sobre a agenda

convergente entre transparência, integridade e clima e casos de sucesso de práticas relacionadas, além de espaço para perguntas e interatividade entre os participantes.



5.6. WEBINÁRIO TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL NA COP30: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E PAINEL INFOAGENDAS

Em 30 de outubro de 2025, o Grupo de Trabalho Temático de Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental do CTICC em articulação com a Secretaria Federal de Controle Interno (CGU), Secretaria de Integridade Pública (CGU) e Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação (CGU), realizou o webinar “**Transparência e controle social na COP30: Portal da Transparência e Painel InfoAgendas**”, promovido em formato virtual com transmissão pelo canal da CGU no YouTube. O encontro apresentou ferramentas desenvolvidas pela CGU para fortalecer o acesso à informação e o controle social, como a página especial da COP30 no Portal da Transparência e o Painel InfoAgendas COP30,

que reúnem dados sobre investimentos públicos federais e compromissos governamentais relacionados à agenda climática. Voltado à sociedade civil, servidores públicos e interessados no tema, o evento reforçou a importância de instrumentos digitais para ampliar a participação social no acompanhamento das ações do governo vinculadas à COP30.

Webinário - Transparência e controle social na COP30: Portal da Transparência e Painel InfoAgendas

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - PRESSUPOSTOS

- Centralização**: Reunir e disponibilizar, **num único local**, informações oriundas de diversos sistemas, de forma completa, tempestiva e íntegra
- Linguagem Cidadã**: **Simplificar entendimentos** sobre as informações e a gestão pública, com recursos de navegação e usabilidade
- Rastreabilidade**: Identificar, o mais próximo possível, o **favorecido final** dos recursos públicos federais

PAINEL INFOAGENDAS

CONTROLE SOCIAL GERAL DA LAMAD
Dados do painel de 24/09/2022 a 30/09/2023
Última Atualização: 30/09/2023 07:28:55

FILTROS

COMPROMISSOS - COP30

TODOS OS COMPROMISSOS

APÓS AVALIAÇÃO 1.037/28

ORGÃO - ENTIDADE

CURSO

ROTEIRO PÚBLICO OBRIGADO (APO)

DATA DOS COMPROMISSOS

Data Inicial: 11/09/2021 Data Final: 29/12/2023

COMPROMISSOS 991.293

APÓS AVALIAÇÃO 668.857

APÓS AVALIAÇÃO 6.127

REPRESENTANTES DE INTERESSE 15.984

REPRESENTANTES 7.003

COMPROMISSOS POR TIPO

Evento 25.9%

Audiência Pública 1.6%

Reunião 76.1%

ANÁLISE TEMPORAL COMPROMISSOS

TEMPERATURAS

PARTICIPANTES PRIVADOS

6

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO: MANDATO 2023-2025 E MANDATO 2025-2027

6.1. SOCIEDADE CIVIL – TITULARES

Nome	Instituição	2023– 2025	2025– 2027	Continuidade
Alexandro Guilherme Jorge	FUP	—	✓	Novo
André Galego Boselli	Artigo 19	✓	✓	Permaneceu
Bruno Andrade Brandão	Transparência Internacional Brasil	✓	✓	Permaneceu
Bruno Schimitt Morassutti	Fiquem Sabendo	✓	✓	Permaneceu
Caio Luiz Carneiro Magri	Instituto Ethos	✓	✓	Permaneceu
Chantal Correia de Castro	Pacto Global – Rede Brasil	✓	✓	Permaneceu
Cristina Lopes da Silva	CEDRA	✓	✓	Permaneceu
Eduardo Alves Fayet	Abrig	—	✓	Novo
Elaine Niehues Faustino	Unacon Sindical	✓	✓	Permaneceu
Gabriel Nogueira Portella Nunes Pinto Bravo	Sebrae	—	✓	Novo
Gilberto Luiz do Amaral	IBPT	✓	✓	Permaneceu
Haydée Svab	Open Knowledge Brasil	✓	✓	Permaneceu
Havilá da Nobrega Oliveira	CNI	✓	✓	Permaneceu
José Antônio Moroni	INESC	✓	✓	Permaneceu
Juliana Mari Sakai	Transparência Brasil	✓	✓	Permaneceu
Katia Cilene Brembatti	Abraji	✓	✓	Permaneceu
Kelly Oliveira de Araújo	OAB	✓	✓	Permaneceu
Larissa Liz Odreski Ramina	UFPR	—	✓	Novo
Luís Carlos Moro	ABJD	—	✓	Novo
Marjorie Correa Marona	UFMG/UNIRIO	✓	✓	Permaneceu
Paula Chies Schommer	UDESC – Politeia	✓	✓	Permaneceu
Rafaelly Wiest	Grupo Dignidade	—	✓	Novo
Rafael Rodrigues Viegas	FGV	—	✓	Novo
Raquel de Mattos Pimenta	FGV Direito	✓	✓	Permaneceu
Renan Albino Perondi	IBGC	✓	✓	Permaneceu
Sergio Rodrigo Andrade	Agenda Pública	✓	✓	Permaneceu
Sheila Cristina Neder Cerezetti	USP	✓	✓	Permaneceu
Suylan de Almeida Midlej e Silva	UnB	✓	✓	Permaneceu
Wilma dos Reis Rodrigues	Marcha Mundial das Mulheres	—	✓	Novo

6.2. GOVERNO FEDERAL – TITULARES E SUPLENTES

Órgão	Titular	Suplente	Continuidade
Advocacia-Geral da União	Diogo Luiz da Silva	Leandro da Motta Oliveira	Permaneceu
Casa Civil	Aline Veloso Passos	Maricy Valletta	Permaneceu
MDIC	João Gabriel Miranda Alves Pereira	Erica Nathair Santos Ferraz	Permaneceu
Ministério dos Direitos Humanos	Sérgio Nogueira Seabra	Débora de Moura Pires Vieira	Permaneceu
Ministério da Fazenda	Dany Andrey Secco	Cecília Nayara Rosa Moraes	Atualização do suplente
MGI	Francisco Eduardo de Holanda Bessa	Karyta Damasio Monteiro Lopes	Atualização do suplente
MJSP	Jean Keiji Uema	Paulo Maurício Teixeira da Costa	Atualização do suplente
Ministério do Planejamento	Carolina Palhares Lima	Vago	Alteração
Secretaria-Geral da PR	Roberto Lemos Monteiro da Silva	Fernanda Gomes Pedrosa	Alteração do titular
Comissão de Ética Pública	Marcelise de Miranda Azevedo	Caroline Proner	Permaneceu

6.3. SOCIEDADE CIVIL – SUPLENTES (MANDATO 2023-2025)

- Carmela Morena Zigoni Pereira – Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
- Cesar Carlos Wanderley Galiza – Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Brenda Franco – Pacto Global – Rede Brasil
- Cristiano Lisboa Yazbek – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT)
- Murilo Machado – Open Knowledge Brasil
- Eduardo José Grin – Agenda Pública
- Karin Vieira da Silva – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Grupo de Pesquisa Politeia
- Felipe Saboya – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Gabriela de Oliveira Junqueira – Universidade de São Paulo (USP) – Faculdade de Direito
- Gabriel Nogueira Portella Nunes Pinto Bravo – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
- Graziela Dias Teixeira – Universidade de Brasília (UnB)
- Henrique Botelho Frota – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)
- Jean Carlo de Castro – Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig)
- André Galego Boselli – Artigo 19
- Luiza Nogueira Papy – Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Faculdade de Direito
- Viviana Santiago – Oxfam Brasil
- Gabi Coelho – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)
- Marcelo Henrique Romano Tragtenberg – Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (CEDRA)

- *Maria Vitória Ramos – Fiquem Sabendo*
- *Marina Iemini Atoji – Transparência Brasil*
- *Marina Rongo Barbosa – Conectas Direitos Humanos*
- *Vago – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*
- *Danilo Gregório Nakano dos Santos – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)*
- *Renato Pellegrini Morgado – Transparência Internacional Brasil*
- *Thiago Meokarem Andrade Godoy – Unacon Sindical*
- *Vago – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)*
- *Camilla Campos Valadares – Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)*
- *Luis Augusto Rocha – Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI)*
- *Rafael Rodrigues Viegas – Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Escola de Políticas Públicas e Governo*
- *Vladimir Miranda Abreu – Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+*

6.4. SOCIEDADE CIVIL – SUPLENTES (MANDATO 2025-2027)

- *Bárbara Suely da Silva Bezerra (FUP)*
- *Brenda Dutra Franco (Pacto Global)*
- *Carmela Morena Zigoni Pereira (INESC)*
- *Carolina Amaral Venuto (Abrig)*
- *Cristiano Lisboa Yazbek (IBPT)*
- *Danilo Gregório Nakano dos Santos (IBGC)*
- *Edilaine dos Santos e Souza (Open Knowledge Brasil)*
- *Eduardo José Grin (Agenda Pública)*
- *Gisele Costa Cid Loureiro (ABJD)*
- *Mariângela Ribeiro de Almeida (CNI)*
- *Leticia Sarmento Kleim (Abraji)*
- *Luciana Daltro de Castro Pádua (CONACI)*
- *Marcela Greggo (Instituto Ethos)*
- *Marcelo Henrique Romano Tragtenberg (CEDRA)*
- *Maria Vitória Ramos (Fiquem Sabendo)*
- *Cristiano Pátaro Pavini (Transparência Brasil)*
- *Paula Lopes Pessoa Mendes (SEBRAE)*
- *Paulo José Olivier Moreira Lara (Artigo 19)*
- *Renato Pellegrini Morgado (Transparência Internacional Brasil)*
- *Thiago Meokarem Andrade Godoy (Unacon Sindical)*
- *Toni Martins Muller Harrad Reis (Grupo Dignidade)*

Suplentes vinculados a representantes acadêmicos:

- *Charlotth Back*
- *Gabriela de Oliveira Junqueira*
- *Graziela Dias Teixeira*
- *Hiza Maria Silva Carpina Lima*
- *Karin Vieira da Silva*
- *Luiza Nogueira Papy*
- *Vinícius Pinheiro Israel*

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/cgu-promovera-seminario-sobre-transparencia-integridade-e-clima-no-marco-da-cop30>

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/cgu-promove-webinario-sobre-transparencia-e-controle-social-na-cop30-3>

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/cgu-promove-seminario-preparatorio-para-a-cop30-sobre-transparencia-integridade-e-governanca-climatica>

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/cgu-reune-especialistas-para-debater-transversalidade-entre-transparencia-integridade-e-meio-ambiente>

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/cticc-e-aspad-cgu-participam-do-forum-interconselhos>

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/legislacao-especifica>